

— a —

HISTÓRIA PERDIDA *do*
LIBERALISMO

Amostra

Amostra

— a —

HISTÓRIA PERDIDA *do* LIBERALISMO



DA ROMA ANTIGA
ao SÉCULO XXI

HELENA ROSENBLATT

Historiadora Ph.D pela
Columbia University



ALTA CULT
EDITORA
Rio de Janeiro, 2022



A História Perdida do Liberalismo

Copyright © 2022 da Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli.

ISBN: 978-65-5520-622-7

Translated from original The Lost History Liberalism. Copyright © 2018 by Princeton University Press. ISBN 978-0-691-17070-1. This translation is published and sold by Princeton University Press, the owner of all rights to publish and sell the same. PORTUGUESE language edition published by Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli, Copyright © 2022 by Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli.

Impresso no Brasil — 1ª Edição, 2022 — Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

RS13b Rosenblatt, Helena
A história perdida do liberalismo: da Roma antiga ao século XXI / Helena Rosenblatt ; traduzido por Isis Rezende. — Rio de Janeiro : Alta Books, 2022.
368 p. ; 16cm x 23cm.
Tradução de: The Lost History of Liberalism
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5520-622-7
1. Liberalismo. 2. História. 3. Roma antiga. 4. Século XXI. I. Rezende, Isis. II. Título.
2022-1311 CDD 320.51
CDU 329.12

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Liberalismo 320.51
2. Liberalismo 329.12

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo da obra, formulada exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Eratas e arquivos de apoio: No site da editora relatamos, com a devida correção, qualquer erro encontrado em nossos livros, bem como disponibilizamos arquivos de apoio se aplicáveis à obra em questão.

Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso às eratas, aos arquivos de apoio e/ou a outros conteúdos aplicáveis à obra.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial

Editora Alta Books

Diretor Editorial

Anderson Vieira

anderson.vieira@altabooks.com.br

Editor

José Ruggeri

j.ruggeri@altabooks.com.br

Gerência Comercial

Claudio Lima

claudio@altabooks.com.br

Gerência Marketing

Andrea Guatiello

andrea@altabooks.com.br

Coordenação Comercial

Thiago Biaggi

Coordenação de Eventos

Viviane Paiva

comercial@altabooks.com.br

Coordenação ADM/Finc.

Solange Souza

Direitos Autorais

Raquel Porto

rights@altabooks.com.br

Produtor Editorial

Thiê Alves

Produtores Editoriais

Illysbelle Trajano

Maria de Lourdes Borges

Paulo Gomes

Thales Silva

Equipe Comercial

Adriana Baricelli

Daiana Costa

Fillipe Amorim

Heber Garcia

Kaique Luiz

Maira Conceição

Equipe Editorial

Beatriz de Assis

Betânia Santos

Brenda Rodrigues

Caroline David

Kelry Oliveira

Henrique Waldez

Marcell Ferreira

Mariana Portugal

Matheus Mello

Marketing Editorial

Jessica Nogueira

Livia Carvalho

Marcelo Santos

Pedro Guimarães

Thiago Brito

Atuaram na edição desta obra:

Tradução

Isis Rezende

Diagramação

Joyce Matos

Copidesque

Edite Siegert

Capa

Marcelli Ferreira

Revisão Gramatical

Aline Vieira

Camila Paduan

Editora
afiliada a:



ASSOCIADO



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Sumário

Agradecimentos · XIII

	<i>Introdução</i>	1
Capítulo um	O que Significava Ser Liberal de Cícero a Lafayette	9
	<i>Princípios Republicanos: Um Ideal Moral e Cívico</i>	10
	<i>Rearticulações Medievais: Liberalidade Cristianizada</i>	12
	<i>Artes Liberais da Renascença</i>	13
	<i>A Política de Doar</i>	16
	<i>Transformações Protestantes</i>	17
	<i>O Excepcionalismo Americano e a Tradição Liberal</i>	19
	<i>Thomas Hobbes e John Locke Sobre Liberalidade</i>	20
	<i>A Liberalidade do Iluminismo</i>	24
	<i>Transformações do Iluminismo</i>	27
	<i>Teologia Liberal e Cristianismo Liberal</i>	30
	<i>Liberalidade Politizada</i>	32
	<i>Das Cartas Liberais às Constituições Liberais</i>	33
	<i>Estados Unidos da América, o País Mais Liberal do Mundo</i>	36

Capítulo dois	<i>A Revolução Francesa e as Origens do Liberalismo, 1789–1830</i>	41
	<i>Os Princípios Liberais de Benjamin Constant e Madame de Staël</i>	49
	<i>Entra Napoleão</i>	55
	<i>Partidos Liberais e o Nascimento do Liberalismo</i>	61
	<i>Liberalismo Teorizado</i>	64
	<i>O Liberalismo Enfrenta a Reação</i>	66
	<i>Insurreição Liberal</i>	71
	<i>Princípios Econômicos Liberais</i>	79
	<i>Exclusões Liberais</i>	83
Capítulo três	<i>Liberalismo, Democracia e a Emergência da Questão Social, 1830–48</i>	89
	<i>O Governo Liberal se Torna Conservador</i>	90
	<i>Liberais na Democracia</i>	93
	<i>Liberais e Insurreição, De Novo</i>	97
	<i>Liberais Enfrentam a “Questão Social”</i>	101
	<i>Laissez-Faire e Liberalismo</i>	106
	<i>As Muitas Funções Necessárias do Governo</i>	109
	<i>Liberais nas Colônias</i>	116
	<i>A Batalha Liberal Contra a Religião</i>	119
	<i>A Crítica Socialista da Religião Liberal</i>	127
Capítulo quatro	<i>A Questão do Caráter</i>	131
	<i>O Desastre de 1848</i>	132
	<i>Liberais Lutam Contra o Socialismo</i>	134
	<i>Recuo e Reação</i>	138
	<i>Pio IX</i>	141
	<i>O Problema do Egoísmo</i>	144

	<i>A Ascensão do Partido Liberal Britânico</i>	145
	<i>Laissez-Faire versus Bildung</i>	147
	<i>O Papel da Família</i>	150
	<i>A Religião da Humanidade</i>	154
Capítulo cinco	Cesarismo e Democracia Liberal	159
	<i>Napoleão III e Cesarismo</i>	160
	<i>Abraham Lincoln e Seus Amigos Liberais em Todo o Mundo</i>	171
	<i>O Partido Republicano Liberal</i>	178
	<i>Gladstone, Ícone Liberal</i>	180
	<i>Bismarck, Coveiro do Liberalismo</i>	184
Capítulo seis	A Batalha para Secularizar a Educação	197
	<i>O que Há de Errado com os Franceses?</i>	198
	<i>Um Sistema Escolar Público Liberal</i>	202
	<i>A Liga Liberal Nacional, o Pensamento Livre e o Amor Livre</i>	210
	<i>O Papa Contra-ataca</i>	216
Capítulo sete	Dois Liberalismos	223
	<i>O Papel do Estado Reimaginado</i>	224
	<i>Socialismo Liberal</i>	233
	<i>Um Modo de Vida Moral</i>	236
	<i>Eugenia Liberal</i>	238
	<i>Feminismo e Liberalismo no Final do Século XIX</i>	241
Capítulo oito	O Liberalismo Torna-se o Credo Norte-americano	249
	<i>Um Império Liberal</i>	251
	<i>Racialização do Mito Anglo-saxão</i>	257

<i>De um Império Anglo-Saxão a um Império Liberal Anglo-Norte-Americano</i>	259
<i>A Questão da Intervenção Governamental</i>	264
Epílogo	269
<i>Liberalismo e a Ameaça Totalitária</i>	272
<i>O Foco nos Direitos</i>	275
<i>O (Suposto) Antiliberalismo da França e da Alemanha</i>	278

Notas · 283

Bibliografia Seleccionada · 319

Índice · 345

CAPÍTULO UM

O que Significava Ser Liberal de Cícero a Lafayette

Liberal: 1. Não ser insignificante, nem de origem humilde, 2. Tornar-se um cavalheiro, 3. Munificente, generoso, caridoso.

– UM DICIONÁRIO DA LÍNGUA INGLESA, 1768

PERGUNTE A QUALQUER pessoa hoje o que significa liberalismo e você obterá várias respostas. É uma tradição de pensamento, uma forma de governo, um sistema de valores, uma atitude ou um estado de espírito. Invariavelmente, porém, as pessoas concordarão em que a preocupação básica do liberalismo é proteger os direitos e interesses individuais, e que os governos devem exercer essa função. Os indivíduos devem ter o máximo de liberdade para fazer suas próprias escolhas e fazer o que quiserem.

A verdade, no entanto, é que esse foco no indivíduo e em seus interesses pessoais é muito recente. A palavra “liberalismo” nem existia até o início do século XIX e, por centenas de anos antes de seu nascimento, ser liberal significava algo muito diferente. Durante quase dois mil anos, significou demonstrar as virtudes de um cidadão, mostrar devoção ao bem comum e respeitar a importância da conexão mútua.

Princípios Republicanos: Um Ideal Moral e Cívico

Poderíamos começar com o estadista e autor romano Marco Túlio Cícero (106–43 a.C.). Um dos autores mais lidos e citados na história do pensamento ocidental, Cícero escreveu com eloquência sobre a importância de ser liberal. A palavra deriva dos termos latinos *liber*, que significa tanto “livre” quanto “generoso”, e *liberalis*, “condizente com uma pessoa nascida livre”. A forma substantiva correspondente a essas duas palavras era *liberalitas*, ou “liberalidade”.

Em primeiro lugar, ser livre na Roma antiga significava ser cidadão e não escravo. Significava estar livre da vontade arbitrária de um mestre ou do domínio de qualquer homem. Os romanos pensavam que tal estado de liberdade só era possível sob o estado de direito e uma constituição republicana. Arranjos jurídicos e políticos eram necessários para garantir que o governo se concentrasse no bem comum, a *res publica*. Somente sob tais condições um indivíduo poderia esperar ser livre.

Mas, para os antigos romanos, ser livre exigia mais do que uma constituição republicana; também exigia cidadãos que praticassem a *liberalitas*, que se referia a uma maneira nobre e generosa de pensar e agir em relação aos concidadãos. Seu oposto era o egoísmo, ou o que os romanos chamavam de “mesquinhez” — uma forma de pensar ou agir que considerava apenas a si mesmo, seus lucros e seus prazeres. Em seu sentido mais amplo, *liberalitas* significava a atitude moral e magnânima que os antigos acreditavam ser essencial para a coesão e o bom funcionamento de uma sociedade livre. A tradução em português da palavra é “liberalidade”.

Em *Dos Deveres* (44 a.C.), Cícero descreveu *liberalitas* de uma forma que foi aceita por séculos. *Liberalitas* era o próprio “vínculo da sociedade humana”, escreveu Cícero. O egoísmo não era apenas moralmente repugnante, mas socialmente destrutivo. “Ajuda mútua” era a chave para a civiliza-

ção. Era dever moral dos homens livres se comportar de maneira liberal uns com os outros. E ser liberal significava “dar e receber” de uma forma que contribuísse para o bem comum.

Os homens não nascem apenas para si próprios, afirmou Cícero; eles são trazidos à existência para o bem de outros:

Como não nascemos apenas para nós; como... os homens foram criados para o bem dos homens, para fazer o bem uns aos outros, devemos contribuir com nossa parte para o bem comum e através da troca de ofícios bondosos, tanto em dar como receber igualmente, por habilidade, por trabalho e com os recursos de que dispomos, fortalecer a união social dos homens entre os homens.¹

Um século depois de Cícero, outro filósofo romano famoso e influente, Lúcio Aneus Sêneca (ca. 4 a.C.–65 d.C.), aprofundou-se no princípio *liberalitas*, em seu longo tratado, *Sobre os Benefícios* (63 d.C.). Sêneca se esforçou para explicar como doar, receber e devolver presentes, favores e serviços de uma forma moral e, portanto, essencial ao vínculo social. Como Cícero, ele acreditava que para que um sistema baseado na troca funcionasse adequadamente, uma atitude liberal era necessária tanto nos doadores quanto nos recebedores, ou seja, uma disposição altruísta, generosa e grata. Emprestada do estoico grego Crisipo (ca. 280–207 a.C.), Sêneca ofereceu uma alegoria para a virtude da liberalidade: a dança circular das Três Graças, simbolizando a ação de dar, receber e retribuir. Para pensadores antigos como Cícero e Sêneca, a liberalidade literalmente fazia o mundo girar — e o mantinha unido.

Ser liberal não era fácil. Cícero e Sêneca explicaram extensamente os princípios que devem informar o dar e o receber. Como a própria liberdade, a liberalidade exigia raciocínio correto e força moral, autodisciplina e comando. Também tinha caráter aristocrático. Foi projetada por e para os homens livres, ricos e bem relacionados que estavam em posição de dar e receber benefícios na Roma Antiga. Era considerada uma qualidade

particularmente louvável na classe patricia e entre os governantes, como é mostrado por muitas inscrições, dedicatórias oficiais e textos antigos.

Se *liberalitas* era uma virtude apropriada para aristocratas e governantes, o mesmo se aplicava à educação em artes liberais, que os treinava para isso e exigia considerável riqueza e tempo ocioso para estudar. Seu objetivo principal não era ensinar os alunos a adquirir riqueza ou prepará-los para uma vocação, mas prepará-los para uma participação ativa e virtuosa na sociedade. O objetivo era ensinar aos futuros líderes da sociedade como pensar corretamente e falar com clareza em público, permitindo-lhes participar efetivamente da vida cívica. Os cidadãos não nasciam, eram criados. Cícero frequentemente afirmava que as artes liberais deveriam ensinar *humanitas*, uma atitude humana em relação aos concidadãos. O historiador grego e cidadão romano Plutarco (46–120 d.C) escreveu que uma educação liberal dava sustentação a uma mente nobre e levava ao aperfeiçoamento moral, à imparcialidade e ao espírito público nos governantes.² Em outras palavras, era essencial para implantar a liberalidade.

Rearticulações Medievais: Liberalidade Cristianizada

À medida que a antiguidade dava lugar à Idade Média, essa visão antiga de liberalidade não foi totalmente perdida, mas cristianizada e posteriormente disseminada pelos primeiros padres da Igreja, como Santo Ambrósio.³ Santo Ambrósio, que escreveu um tratado inspirado expressamente em *Dos Deveres* de Cícero, e rearticulou as suas ideias e princípios básicos. Qualquer comunidade verdadeira se apoiava na justiça e na boa vontade, e a liberalidade e a bondade eram o que mantinha a sociedade unida, escreveu Ambrósio.⁴

Assim, a liberalidade durante a Idade Média foi revestida de valores cristãos como o amor, a compaixão e, especialmente, a caridade; valores

considerados necessários não apenas nas repúblicas, mas também nas monarquias. Disseram aos cristãos que Deus era liberal em sua misericórdia, assim como Jesus era com seu amor. Os cristãos deviam imitar a Deus amando e retribuindo. Dicionários da Idade Média em diante, fossem franceses, alemães ou ingleses, definiam “liberal” como a qualidade de alguém “que gosta de doar” e “liberalidade” como “a qualidade de doar ou gastar livremente”. Grandes teólogos medievais, como Tomás de Aquino, disseminaram essas noções em seus escritos.⁵

A Igreja medieval continuou a considerar as artes liberais como o programa educacional ideal para os líderes da sociedade. Frequentemente contrastadas com as “artes servis” ou “mecânicas” que atendiam às necessidades básicas da humanidade, como, por exemplo, alfaiataria, tecelagem e ferraria, as artes liberais eram vistas como desenvolvendo excelência intelectual e moral. Elas preparavam os homens jovens para funções ativas no setor público e para o serviço do Estado. Como no mundo antigo, a educação em artes liberais também era um marcador de status, diferenciando a elite dos demais. Todo cristão, rico ou pobre, era instado a ser liberal, mas a liberalidade continuou a ser considerada especialmente importante em pessoas “de posição social superior”.

Artes Liberais da Renascença

A liberalidade durante a Renascença continuou a ser uma virtude aristocrática ou “princesca”. Como explicou um dos muitos textos da Renascença, a avareza era o “sinal seguro de um espírito ignóbil e perverso”, enquanto a liberalidade era a virtude adequada ao aristocrata.⁶ Nesse momento, o escopo da educação em artes liberais foi ampliado e seu prestígio cresceu. O humanista italiano Pier Paolo Vergerio (1370–1445), um admirador de Cícero, rearticulou muitas ideias clássicas sobre educação no tratado “Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude”.

de”. Publicado pela primeira vez em 1402, teve quarenta edições antes de 1600, tornando-se o tratado pedagógico renascentista mais copiado e reimpresso. Uma educação em artes liberais, explicou Vergerio, elevava aqueles que a recebiam acima da “multidão não pensante”.⁷ Preparava-os para posições de liderança e legitimava sua reivindicação a tais posições. Na companhia de livros, não havia ganância; os meninos aprendiam a virtude e a sabedoria, os deveres da cidadania.

O foco nos *homens* no ensaio de Vergerio certamente não foi acidental, visto que uma educação liberal foi concebida desde o início tendo homens jovens e não mulheres em mente. Sua associação com independência, falar em público e liderança tornava muito difícil imaginar sua relevância e valor para as mulheres. De acordo com o humanista espanhol Juan Luis Vives (1493–1540), que escreveu a principal obra do Renascimento sobre a educação feminina, *The Education of a Christian Woman* [A Educação de uma Mulher Cristã, em tradução livre] (1524), um livro que foi traduzido para o inglês, holandês, francês, alemão, espanhol e italiano, a aprendizagem das mulheres deve centrar-se nas funções domésticas e, o mais importante, em mantê-las castas. Embora fosse razoável para um homem “estar equipado com o conhecimento de muitos e variados assuntos que serão úteis para ele e para o Estado”, uma mulher era suficientemente instruída quando lhe ensinavam “castidade, silêncio e obediência”.⁸ Para este propósito, os textos religiosos eram considerados especialmente eficazes.

Entretanto, isso não significa que nenhuma mulher da Renascença tenha recebido educação em artes liberais. As evidências mostram que algumas mulheres aristocráticas tornaram-se altamente instruídas.⁹ Várias até escreveram tratados defendendo as artes liberais. Mas o preconceito contra as mulheres liberais ajuda a explicar por que, nos raros casos em que foi concedida, a educação de uma mulher normalmente refletia a liberalidade de *seu pai* e não a dela. Isso conferia honra e prestígio a um

paterfamilias da Renascença porque mostrava que ele podia se dar a tal luxo e não precisava se preocupar em casar uma filha muito instruída. A própria mulher culta, entretanto, era muitas vezes ridicularizada e difamada. Que uma educação avançada masculinizava a mulher era um bordão comum. Que a tornava uma predadora sexual era outro. Até a palavra “liberal” era problemática quando usada para descrever uma mulher, porque muitas vezes assumia uma conotação sexual. Uma mulher liberal tornava-se sexualmente promíscua. Refletindo preconceitos antigos sobre a suposta perversidade, pecaminosidade e lascívia das mulheres, uma balada de cerca de 1500 adverte que as mulheres costumam ser “liberais... em segredo”.¹⁰

Entretanto, com relação aos meninos da Renascença, e especialmente àqueles destinados a posições de poder e influência, tanto a liberalidade quanto a educação em artes liberais que os preparava para isso eram consideradas essenciais. O humanista, padre e teólogo holandês Erasmo de Roterdã (1466–1536) referiu-se a esses meninos instruídos como “o canteiro onde nascerão senadores, magistrados, médicos, abades, bispos, papas e imperadores”.¹¹ Seus dois tratados sobre educação, *A Educação de um Príncipe Cristão* (1516) e *The Education of Children [A Educação das Crianças, em tradução livre]* (1529),¹² recomendavam as artes liberais como segunda em importância, logo após a piedade cristã, na formação de indivíduos (ricos e homens). “Liberalidade”, ele fez questão de esclarecer, significava mais do que apenas “distribuir presentes”; significava “usar seu poder para o bem”.¹³ Entre os artistas da Renascença, a liberalidade continuou a ser simbolizada pela antiga alegoria das Três Graças. O polímata humanista Leon Battista Alberti (1404–72) referiu-se a Sêneca quando explicou que “uma das irmãs dá, outra recebe e a terceira retribui o favor, sendo que todos os graus devem estar presentes em cada ato de liberalidade perfeita”.¹⁴ Para Alberti, como para tantos outros pensadores da Renascença, a virtude da liberalidade era essencial para qualquer sociedade livre e generosa.¹⁵

A Política de Doar

Os textos da Renascença frequentemente aconselhavam as elites a refletir cuidadosamente sobre como adquirir e distribuir sua riqueza. Os livros de conduta explicavam que a liberalidade era uma virtude moral que moderava “o desejo e a ganância por dinheiro” dos homens. A liberalidade também dizia respeito a gastar dinheiro “de forma útil e não excessiva”.¹⁶ Um homem liberal usava sua riqueza para sustentar sua casa, amigos e parentes; ele também ajudava aqueles que, sem ter culpa, caíam na pobreza. Ele não gastava dinheiro para se exibir.¹⁷ Na verdade, saber como gastar era a prova do valor de uma pessoa.¹⁸

Tal consideração pelos gastos apropriados era considerada uma qualidade especialmente importante nos governantes. *O Livro do Cortesão*, de Baldassare Castiglione (1528), o principal manual de valores aristocráticos do período, afirmava que “o príncipe bom e sábio... deve ser cheio de liberalidade”, e que Deus o recompensaria por isso.¹⁹ Mas os governantes também eram aconselhados a não serem pródigos. Erasmo aconselhou aos príncipes a gastar com moderação e discernimento e, especialmente, nunca tirar do merecedor para dar ao indigno.²⁰ Com a combinação especial de realismo e idealismo pela qual se tornou famoso, Niccolò Machiavelli (1469–1527) advertiu que um príncipe liberal não deveria gastar além de suas posses porque isso apenas drenaria seus recursos e o obrigaria a aumentar os impostos, o que oprimiria seu povo e provocaria seu ódio.²¹ Da mesma forma, o escritor francês Michel Montaigne (1533–1592), muitas vezes considerado o fundador do ceticismo moderno, advertiu os governantes de que deveriam usar a liberalidade com justiça e ponderação para não “derramar o grão do saco”.²²

Já nos séculos XVII e XVIII, as elites e governantes foram exortados a serem liberais, mas seletivos em suas doações. O estadista e escritor francês Nicolas Faret (1596–1646) fez questão de diferenciar liberalidade de doa-

ção promíscua. A generosidade de um príncipe deve sempre ser guiada pela razão, prudência e moderação, estendida de forma ordenada a “pessoas decentes” e com a devida consideração à posição, nascimento, idade, meios e reputação. Ainda mais importante, um príncipe nunca deve ser “perniciosamente liberal”; isto é, ele nunca deve doar de uma forma que possa exaurir seus próprios recursos.²³ Outros manuais mostram preocupação semelhante em diferenciar os gastos extravagantes dos novos ricos da virtude há muito reconhecida da liberalidade. A primeira edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* [Dicionário da Academia Francesa, em tradução livre] (1694) definiu “liberal” como “aquele que gosta de doar... para pessoas de mérito”; em sua quarta edição, acrescentou “há uma grande diferença entre um homem pródigo e um homem liberal”.

Transformações Protestantes

A Reforma Protestante alterou sutilmente o significado católico de liberalidade, pelo menos no início. As Bíblias protestantes ajudaram a espalhar a noção de que a liberalidade não era só um valor principesco ou aristocrático, mas um imperativo cristão universal. Enquanto as traduções anteriores da Bíblia traduziam a palavra “generoso” como “nobre” ou “digno de um príncipe”, as novas versões inglesas e puritanas abandonaram a associação com status elevado e substituíram a palavra “liberal”. Na versão King James (1604–11), a palavra aparece várias vezes referindo-se a doações generosas, especialmente aos pobres.²⁴ Além disso, Provérbios 11:25 sugere que Deus recompensa o comportamento liberal: “O generoso sempre prosperará; quem oferece ajuda ao necessitado, conforto receberá”.

Um sermão proferido perante o rei inglês Carlos I, em Whitehall, em 15 de abril de 1628, sugere uma mudança sutil de ênfase. John Donne (1572–1631), poeta, advogado e clérigo, começou reiterando o conhecido princípio de que a liberalidade era essencial para reis, príncipes e “grandes

peças”. Mas, então, ele acrescentou que mesmo a população em geral, isto é, o povo, deve ser liberal. Lembrando à sua congregação que “Cristo é um Deus liberal”, Donne declarou que era importante que *todos* os cristãos doassem livremente. Donne acrescenta que ser liberal não significa apenas compartilhar a própria riqueza. Era importante achar sempre “novas maneiras de ser liberal”. Seguindo Isaías 32, “Mas o liberal projeta coisas liberais, e pela liberalidade está em pé”, eles deveriam “acreditar em propósitos liberais”, “aceitar proposições liberais” e “aplicá-las liberalmente”. Donne sugeria que a congregação mostrasse sua liberalidade, despendo-se de todos os sentimentos negativos para com os outros. Ser liberal significava compartilhar não apenas o ouro, mas também o conhecimento e a sabedoria. Donne insistia em que isso fosse comunicado a outras pessoas, até mesmo ao público em geral. No entanto, Donne fez uma advertência importante: era essencial ser liberal apenas com os cristãos, ou o indivíduo seria culpado de “prodigalidade espiritual”, uma transgressão.²⁵

O propósito por trás da liberalidade tão celebrada, eternamente encorajada em tratados e sermões morais, não era redistribuir a propriedade de qualquer forma significativa ou perturbar a ordem político-religiosa. A maioria dos pregadores cristãos, católicos ou protestantes, ensinava que se deveria doar de acordo com sua posição na sociedade sem colocá-la em perigo. Mateus 26:11 afirma que “Pois os pobres vocês sempre terão consigo”, e isso geralmente era interpretado como significando que a pobreza era uma parte inevitável da ordem social e política. Como um livro inglês típico de cortesia explicou, “Deus, em sua sabedoria, compreendendo que a igualdade de condições geraria confusão no mundo, ordenou vários estados, destinando alguns para a pobreza, outros para a riqueza”. Mas a liberalidade espalhou um senso de boa vontade, benevolência e fraternidade cristã; sustentou a sociedade e a manteve unida.²⁶

De algumas formas importantes, a liberalidade no início da Europa moderna preservava a ordem sociopolítica e religiosa existente. Como

Cícero, Sêneca e seus muitos discípulos sabiam, dar presentes era uma espécie de aglutinador social. Segundo Sêneca, a sociedade funcionava e era coesa dando e recebendo “benefícios”, ou seja, favores, honras, privilégios e serviços de vários tipos. A caridade cristã e a esmola também criavam um senso de comunidade e boa vontade. Por fim, a exibição de liberalidade realça a dignidade e a posição das pessoas na sociedade.

O Excepcionalismo Americano e a Tradição Liberal

E, no entanto, a liberalidade cristã, especialmente em suas manifestações puritanas, levou a posições potencialmente perturbadoras. Isso pode ser visto no famoso sermão “*City upon a Hill*” [*Cidade sobre a Colina*, em tradução livre] proferido pelo pregador puritano John Winthrop (1587–1649) após sua chegada à Colônia da Baía de Massachusetts, em 1630. Ainda a bordo do navio *Arabella*, Winthrop declarou que os tempos inusitados em que vivia sua comunidade puritana exigiam dela “extraordinária liberalidade”. Nas circunstâncias muito difíceis que enfrentavam, ele fez questão de dizer, não existia algo como ser “*excessivamente liberal*”. A liberalidade *extraordinária* era sua única receita de sobrevivência, e o momento exigia que todos *na comunidade* fossem liberais uns com os outros. Eles devem pensar no bem público antes do próprio. Nos anos seguintes, esse sermão seria frequentemente invocado para apoiar a ideia do excepcionalismo americano, cujos princípios de fundação liberais foram um farol para o mundo. Os colonos devem “carregar os fardos uns dos outros” e se ver como uma “companhia de Cristo, unidos pelo amor”.²⁷

A defesa da liberalidade extraordinária de Winthrop era incomum no século XVII. Mais comuns eram as exortações a uma liberalidade moderada, discriminatória e aristocrática, menos ameaçadora para o status quo da aristocracia e monarquia. Os humanos eram, nas palavras do teórico holandês do direito natural Hugo Grotius (1583–1645), criaturas sociáveis

e razoáveis por natureza. Todos capazes e moralmente obrigados a agir de maneira liberal um com o outro. *Sobre os Deveres*, de Cícero, foi publicado em quatorze edições em inglês e em muitas outras em latim entre 1534 e 1699. Era um texto básico em escolas como Westminster e Eton, e em várias faculdades de Cambridge e Oxford. Entre 1678 e 1700, uma versão abreviada de *Sobre os Benefícios*, de Sêneca, também foi editada.²⁸ Os meninos em instituições de elite em toda a Europa aprendiam que a sociedade dependia de sua liberalidade — isto é, de sua generosidade, probidade moral e valores cívicos.

Assim, em meados do século XVII, os europeus vinham chamando a liberalidade de uma virtude necessária por mais de dois mil anos. Se alguma vez houve uma tradição liberal, foi essa.

Thomas Hobbes e John Locke Sobre Liberalidade

Hoje, Thomas Hobbes (1588–1679) e John Locke (1632–1704) são frequentemente considerados os pais fundadores do liberalismo. No entanto, isso é curioso, porque eles nunca usaram esta palavra e tinham opiniões radicalmente diferentes sobre liberalidade.

Hobbes rejeitou totalmente a tradição liberal descrita acima. Ele declarou que os homens eram naturalmente violentos e egoístas. “Pobres”, “desagradáveis” e “brutais”, eram movidos pelo medo mútuo. A guerra era sua condição natural. Hobbes afirmou que os seres humanos eram incapazes de se governar ou viver pacificamente juntos sem um líder poderoso “para mantê-los todos maravilhados e direcionar suas ações para o benefício comum”. Uma “guerra perpétua, de cada homem contra seu vizinho” só poderia ser evitada por um governo forte e indiviso nas mãos de um monarca absoluto.²⁹ A liberalidade não desempenhou nenhum papel discernível na narrativa de Hobbes.

Filósofos do direito natural, moralistas e pensadores religiosos em toda a Europa reagiram com horror às proposições de Hobbes, acusando-o de ateísmo e imoralidade. Vários folhetos apresentavam uma visão mais otimista do homem e reafirmavam a realidade e a importância da liberalidade para a sociedade, às vezes apelando à autoridade de Cícero para fazê-lo. Os homens eram capazes e obrigados a praticar a liberalidade. Os seres humanos foram dotados por Deus para expressar bondade para com os outros. Apesar das críticas de Hobbes, a crença no poder da liberalidade sobreviveu e até prosperou.

Entretanto, na França, um grupo influente de moralistas católicos fortemente influenciados pelo jansenismo desenvolveu pontos de vista muito semelhantes aos de Hobbes.³⁰ Blaise Pascal, François de la Rochefoucauld, Pierre Nicole e Jacques Esprit adotavam uma visão muito pessimista da natureza humana. Nas palavras de Pascal, o homem era uma criatura vil e baixa, cujo impulso predominante sempre foi o amor próprio.³¹ Pierre Nicole, outro eminente moralista francês na tradição jansenista, afirmou que o homem amava a si mesmo “sem limites ou moderação”, e que isso o tornava violento, injusto e cruel. Sem uma monarquia absoluta para controlá-los, os homens estariam em um estado perpétuo de guerra entre si mesmos. O medo e a ganância eram o que mantinha a sociedade unida.³² Para os jansenistas franceses, assim como para Hobbes, os homens trocavam serviços e civilidades uns com os outros não pela capacidade inata de praticar a liberalidade, mas sempre por interesse próprio.

Porém, curiosamente, os jansenistas não negaram a importância da liberalidade. Em vez disso, eles a descreveram como uma virtude falsa, mas necessária. Em suas mentes, era algo semelhante à polidez, um modo de os homens esconderem sua pecaminosidade natural. Em *La Fausseté des Vertus Humaines* [A Falsidade das Virtudes Humanas, em tradução livre] de 1678, Jacques Esprit resumiu o pensamento dos jansenistas quando disse que o máximo que os seres humanos poderiam fazer era “se passarem por

liberais".³³ É digno de nota, entretanto, que vários desses pensadores jansenistas, e Nicole em particular, chegaram à conclusão de que mesmo tal hipocrisia era necessária para o funcionamento da sociedade humana. A liberalidade não precisa ser sincera para que a sociedade seja coerente.

Outros filósofos, teólogos e escritores ignoraram ou rejeitaram esse pessimismo sobre a natureza humana e sua obsessão por motivos pecaminosos e pela hipocrisia. Um desses filósofos foi John Locke. Ele traduziu alguns dos ensaios de Nicole e, no processo, destacou o positivo: "amor e respeito são os laços da sociedade", escreveu ele, "e necessários para sua preservação". A sociedade dependia do "tráfico de gentileza". Sem isso, a sociedade "dificilmente poderia se manter unida".³⁴

A ideia de que os seres humanos são naturalmente capazes e têm o dever de se comportar liberalmente uns com os outros foi reiterada em quase tudo que Locke escreveu. Em seu texto mais influente, *Ensaio Acerca do Entendimento Humano* (1689), ele argumentou contra as noções ortodoxas do pecado original e as teorias epistemológicas reinantes, afirmando que as ideias morais eram aprendidas, não inatas; portanto, todos os seres humanos podem e devem aprender os princípios morais pelos quais conduzir suas vidas. Em *The Reasonableness of Christianity* [*A Razoabilidade do Cristianismo*, em tradução livre] (1695), Locke enfatizou a importância de os cristãos se engajarem em boas obras. Jesus ordenou: "Amai a vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, bendizei os que vos maldizem, e orai pelos que vos maltratam; paciência e mansidão sob injúrias, perdão, liberalidade, compaixão".³⁵

Tais ideias sobre a capacidade e o dever dos seres humanos de serem liberais também formam o substrato para *Dois Tratados Sobre o Governo* de Locke (1690), nos quais ele novamente reconheceu que os homens tinham obrigações para com seus semelhantes, incluindo, em particular, o dever de contribuir para a preservação da humanidade. Em clara oposição a Hobbes, Locke argumentou que os homens não precisavam de um mo-

narca absoluto para governá-los, em grande parte porque eram capazes de se comportar eticamente. Os homens em estado natural eram capazes de conhecer e seguir uma lei moral. Em outras palavras, precisamente por serem capazes de liberalidade, podiam viver sob uma monarquia constitucional limitada, caracterizada por uma quantidade significativa de autogoverno.

Locke contribuiu de outras maneiras para a tradição liberal que relatamos aqui. Ele escreveu, por exemplo, sobre a importância de ensinar liberalidade às crianças. Em *Alguns Pensamentos Sobre a Educação* (1693), ele enumerou alguns dos princípios morais fundamentais que as crianças deviam aprender. Elas devem ser ensinadas a serem “gentis, liberais e corteses” com os outros. O egoísmo deve ser “eliminado e a Qualidade contrária... implantada.” As crianças devem aprender a “abrir mão do que têm com facilidade e espontaneidade para os amigos”.³⁶ O Terceiro Conde de Shaftesbury (1671–1731), discípulo e amigo de Locke, disse que tal educação formou “Temperamentos e Disposições generosos, Apetites bem regulamentados e Inclinações dignas”.³⁷

O teólogo escocês George Turnbull (1698–1748) explicou melhor esses princípios em sua conhecida obra *Observations on Liberal Education in All Its Branches* [*Observações sobre a educação liberal em todos os seus ramos, em tradução livre*] (1742). O objetivo de uma educação liberal, explicou ele, era treinar meninos para se tornarem membros dignos da sociedade. Para isso, era necessário ensinar-lhes “autodomínio” e o que Turnbull chamou de “liberdade interior”, referindo-se à superação do egoísmo e do vício. Os jovens homens tinham que ser treinados para amar as coisas certas: justiça, verdade e o bem maior da humanidade. É isso que significa “humanizar a mente” e “despertar os afetos generosos”.³⁸